



Gestão ambiental e sustentabilidade em áreas costeiras e marinhas

SOUTO, R. D. (org.).
Gestão ambiental e sustentabilidade em áreas costeiras e marinhas: conceitos e práticas. Rio de Janeiro: IVIDES.org, 2020. v. 1, 259p.

RAQUEL DEZIDÉRIO SOUTO
 Doutora e pós-doutoranda em Geografia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Presidenta do Instituto Virtual para o Desenvolvimento Sustentável (Ivides.org), membro da Red ProPlayas e da Red Ibermar.
 raquel.deziderio@gmail.com

O livro *Gestão ambiental e sustentabilidade em áreas costeiras e marinhas: conceitos e práticas* é uma iniciativa do Instituto Virtual para o Desenvolvimento Sustentável (Ivides.org), com o intuito de disseminar conhecimento científico gerado por uma série de pesquisadores que têm se dedicado aos estudos da zona costeira, bioma tão estratégico e importante para o país, e de outras áreas de igual relevância que fazem interface com ele. O livro foi concebido e organizado por Raquel D. Souto, em face da carência de bibliografia sobre a temática, especificamente para a zona costeira, e comporta visões diferenciadas sobre a problemática em questão.

Os demais autores que participaram da obra são Flavia Moraes Lins-de-Barros, Celene Milanés Batista, Douglas Vieira da Silva, Deividson Brito Gatto, André Cavalcante da Silva Batalhão, Aichely Rodrigues da Silva, Alessandra Larissa D'Oliveira Fonseca, Leonardo Azevedo Klumb-Oliveira, Jacqueline Albino, Gilberto Daniel Lima Filgueiras e Francisco Arenhart Veiga Lima.

O livro concentra trabalhos em diversas áreas temáticas, característica importante para o subsídio informacional ao gerenciamento costeiro in-

tegrado e à gestão ambiental das áreas costeiras, dada a complexidade de seu conjunto de aspectos ambientais e socioeconômicos e o adensamento populacional característico desta região.

A rigor, a temática proposta não se limita aos assuntos incluídos no Volume I da obra, tendo sido esta pensada como uma publicação seriada, com o objetivo de atender a três principais fins: ajudar a fortalecer a mentalidade marítima no Brasil e em outros países; ajudar a promover a divulgação científica, elucidando aspectos relacionados às áreas costeiras e marinhas; e contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos e políticas públicas voltadas à gestão costeira integrada. O livro foi dividido em duas partes – uma de conceituação teórica e outra sobre as práticas cabíveis na área do planejamento e gestão ambiental –, ilustradas com estudos de caso sobre localidades brasileiras e estrangeiras.

Na primeira parte do livro – “Conceitos” –, em seu primeiro capítulo – “Os limites espaciais da zona costeira para fins de gestão a partir de uma perspectiva integrada” –, há uma análise sobre como a zona costeira pode ser definida e delimitada a partir de diferentes abordagens e uma revisão das legislações brasileira e cubana, a respeito dos critérios para delimitação espacial da zona costeira, com enfoque nos ambientes praias. No capítulo, ressalta-se que a delimitação espacial da zona costeira corresponde a um dos maiores desafios enfrentados em ambos os países – Cuba e Brasil –, sendo de grande ajuda a formulação de planos e metodologias para a definição de tais limites territoriais.

No segundo capítulo – “Circulação nas escalas costeira, de plataforma e de grande escala e sua influência no ambiente marinho” – é apresentada uma revisão sobre os principais mecanismos de circulação e transporte que ocorrem em diferentes escalas no oceano, plataforma continental e zona costeira, sem olvidar da discussão sobre os impactos antrópicos que influenciam estes processos. No capítulo são discutidas ainda as vantagens e limitações de soluções usualmente adotadas para prevenir ou mitigar a erosão costeira.

No terceiro capítulo – “Áreas protegidas marinhas e costeiras no Brasil: um diagnóstico a partir das categorias de manejo” – apresenta-se um conjunto de unidades de conservação brasileiras, localizadas em biomas marinhos (e associados), classificadas nos grupos proteção integral e uso sustentável, em levantamento realizado a partir de dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente. Para auxiliar tecnicamente na criação de novas unidades, são apresentados exemplos de implementação relacionados aos tipos de unidade de conservação da natureza considerados.

No quarto capítulo – “Indicadores aplicados ao gerenciamento costeiro integrado sob a ótica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas” – é apresentada uma revisão sobre os indicadores de sustentabilidade, sob a luz do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14), das Nações Unidas, com foco no gerenciamento integrado da zona costeira. Para tanto, realizou-se um breve resumo de definições e princípios aplicados ao gerenciamento costeiro, seguido do elenco de indicadores associados ao ODS 14 e de estudos de caso de aplicação de indicadores de sustentabilidade para áreas costeiras em vários países, incluindo o Brasil. A partir da observação dos estudos de caso, fica claro que ainda há escassez de indicadores relacionados às regiões costeiras e marinhas, não apenas no Brasil, como em diversos países do mundo.

Na segunda parte do livro – “Práticas” –, no quinto capítulo – “Mapeamento participativo como ferramenta para conhecer a qualidade ambiental da zona costeira” –, são revistas algumas definições, princípios e metodologias referentes à cartografia social e ao mapeamento participativo. Para ilustrar a importância do uso desse tipo de mapeamento como ferramenta para diagnosticar a qualidade ambiental da zona costeira são apresentados ainda alguns estudos de caso brasileiros e estrangeiros. A partir da leitura dos estudos de caso, o leitor perceberá que a maioria das iniciativas volta-se a suportar com informações os processos de planejamento e gestão ambiental nessas regiões – especialmente para o futuro estabelecimento de áreas de proteção marinhas ou para a avaliação e manutenção de áreas de proteção já existentes. A inclusão da participação da sociedade nesses estudos e planos de gestão, possibilitada pela aplicação das técnicas relacionadas ao mapeamento participativo, melhora o conhecimento detalhado a respeito dos lugares, o que enriquece os processos de tomada de decisão.

No sexto capítulo – “Comparação de dois índices de estado trófico em bacias hidrográficas costeiras” – são comparados dois índices para avaliação do nível de trofismo dos ambientes – o índice de estado trófico (IEF) e o *trophic index* (Trix) (índice trófico) –, numa aplicação para avaliação da variação decenal (2006 a 2017) do estado trófico de três estuários que deságuam na baía da Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis – os estuários dos rios Ratones, Itacorubi e Tavares. Para ambos os indicadores, os índices gerados apresentaram valores que representam de média a alta eutrofização dos locais considerados. As autoras também elencam os problemas antrópicos associados a tais estados dos ambientes avaliados e oferecem sugestões de medidas a serem adotadas no âmbito da gestão pública para sua melhoria.

No sétimo capítulo – “Condições oceanográficas multiescala e processos costeiros associados: estudo de caso do litoral de Marataízes (ES)”

- são tecidas considerações sobre os processos costeiros associados às variações oceanográficas em diferentes escalas, e se apresenta um estudo de caso sobre a dinâmica costeira no litoral de Marataízes, Espírito Santo - lugar escolhido por sua diversidade geomorfológica. No capítulo, indica-se que determinadas atividades antrópicas, além de influenciar as dinâmicas sedimentares locais, dificultam o diagnóstico sobre os processos atuantes. Finalmente, sugere-se que a análise do registro geomorfológico de um local pode funcionar como indicador para a variação climática de longo prazo.

No oitavo e último capítulo - "Portos marítimos e os desafios para a sustentabilidade costeira" - são relacionados os impactos antrópicos no ambiente, decorrentes da atividade portuária, ressaltando a necessidade de consecução de medidas de gestão com fins à promoção da sustentabilidade ambiental nos espaços costeiros e marinhos. O capítulo inclui ainda uma análise sobre os usos portuários de diversos setores da costa brasileira, seus desafios e oportunidades, a fim de contribuir para a discussão a respeito da sustentabilidade costeira e do desenvolvimento do setor.

O livro está disponível gratuitamente em versão digital, a fim de popularizar seu acesso e utilização como material pedagógico e informativo de um modo geral. A cópia pode ser obtida no endereço: <http://livro.ivides.org>.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Bahia Análise & Dados*, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, inglês e espanhol, de artigos sobre os temas definidos nos editais publicados no site da SEI, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem no tema correspondente.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do conselho editorial, instância que decide sobre a publicação. A editoria da SEI e a coordenação editorial da edição reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição, constante no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a um exemplar do periódico em que seu artigo for publicado.

PADRÃO PARA ENVIO DE ARTIGOS OU RESENHAS

- Artigos e resenhas devem ser enviados, preferencialmente, através do site da revista, opção “Submissão”, ou pelo e-mail definido no edital, para a coordenação editorial daquele número.
- Devem ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Devem ser assinados, preferencialmente, por, no máximo, três autores.
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- O autor deve incluir, em nota de rodapé, sua identificação, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- Os artigos devem conter, no mínimo, 15 páginas e, no máximo, 25, e as resenhas, no máximo, três páginas.
- Devem vir acompanhados de resumo e *abstract* contendo de 100 a 250 palavras, ressaltando o objetivo, a metodologia, os principais resultados e a conclusão. Palavras-chave e *keywords* devem figurar abaixo, separadas por ponto e finalizadas também com ponto.
- Apresentar padronização de título, de forma a ficar claro o que é título e subtítulo. O título deve se constituir de palavra, expressão ou frase que designe o assunto ou conteúdo do texto. O subtítulo, apresentado em seguida ao título e dele separado por dois pontos, visa esclarecê-lo ou complementá-lo.
- As tabelas e demais ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- Tabelas e gráficos devem ser enviados em programa de planilhas de maior difusão (Excel). Fotografias e ilustrações escaneadas devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF.
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).
- Quando da inclusão de depoimentos dos sujeitos, apresentá-los em parágrafo distinto do texto, entre aspas, com letra e espaçamento igual ao do texto e recuo esquerdo, de todas as linhas, igual ao do parágrafo.
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas.
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da Bahia Análise & Dados podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.